ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - ESTADO DO PARANÁ.

O Vereador que este subscreve, no exercício de suas atribuições

regimentais, vem com o devido acatamento, perante esta Casa de Leis, a fim de

apresentar o incluso PROJETO DE LEI, a ser objeto de apreciação em plenário,

para que seja aprovado o projeto que Cria na Rede Municipal de Ensino o serviço

de Disque-Denúncia contra qualquer tipo de violência, abuso sexual e pornografia

infantil cometido contra crianças e adolescentes e dá outras providências,no

Município de Campo Largo.

Justifica-se o Projeto de Lei que possa vir a ser sancionado através de

competente Lei Municipal conforme fundamentos a seguir expostos:

O presente Projeto de Lei tem por finalidade crias no município de Campo

Largo o serviço Disque-Denúncia contra qualquer tipo de violência, abuso sexual e

pornografia infantil cometido contra crianças e adolescentes.

O problemas de violência psíquica, física ou sexual cometida contra crianças

e ou adolescentes dentro dos próprios lares tem aumentado a cada dia. A violência

muitas vezes é cometida pelos próprios pais, padrastos, parentes e amigos da

família, milhares de crianças e adolescentes são agredidos e violentados todos os

dias e, na maioria das vezes, o agressor fica impune por causa do silencio ou medo

da vítima em oferecer a denúncia, pois, geralmente é ameaçada se a fizer.

Ministérios Públicas. Conselhos Tutelares. Organizações

Governamentais, têm realizado um trabalho incansável no sentindo de incentivar a

denúncia para a punição dos responsáveis, contudo, não tem sido suficiente.

É uma tarefa árdua, que deve envolver toda a sociedade, governo e

familiares no sentido de que façam fazer valer as seguintes garantia estabelecidas

na Lei n°8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente):

Art. 3°- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais

inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Lei, assegurando-se-lhes, por lei por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4°- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, á saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5° - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Neste sentido, nós legisladores não podemos desprezar a participação desta luta, aprovando medidas, como esta, que objetiva instrumentar e encorajar as pessoas a denunciarem os abusos aqui aludidos. Por isso, apresentamos este Projeto de Lei em caráter de extrema urgência, que além do aspecto educativo, através deste apoio técnico, contribuirá com o trabalho das organizações não-governamentais que tenham como finalidade acabar com a violência e os maus tratos que se cometem.

Diante do exposto, creio estar justificado tal Projeto e esperamos contar com beneplácito dos demais nobres vereadores.

Por estas razões, pelos fundamentos alinhados, com a sujeição da matéria às comissões competentes, após ser ouvido o Plenário que, no final, seja aprovado o **PROJETO DE LEI** em apreço, por ser medida de direito.

Termos em que pede deferimento

Campo Largo, 29 de Outubro de 2015.

Marcio Angelo Beraldo

Vereador